

A montanha do príncipe

ELIO GASPARI

Algo de estranho está acontecendo com a alma de FFHH. Primeiro decidiu ir ao seminário de engenharia mundial que se realiza em Davos, na Suíça. Fez isso mais para ajudar o chanceler Luiz Felipe Lambréia a conseguir a secretaria da Organização Mundial do Comércio do que pelo interesse nos debates. (Pela mesma razão eleitoral, cancelou uma visita a Israel, porque poderia contrariar os eleitores árabes do ministro.)

Tão cuidadoso na austeridade de sua agenda, FFHH foi a um seminário de grandes empresários, abrilhantado pela presença dos presidentes da Argentina e do Panamá. Na bancada de convidados brasileiros, depois dele, a maior autoridade a bordo era o escritor Paulo Coelho.

Lá estando, meteu-se em dois bate-bocas. Num, polemizou com o gerente do Deutsche Bank. O cidadão dissera que o real sobrevalorizado está com a cabeça a prêmio.

Não foi o primeiro, não será o último e tomara que esteja errado. Resta perguntar se o chanceler Helmut Kohl responderia a uma previsão sobre o futuro do marco feita pelo gerente do Banco do Brasil de Feira de Santana.

Depois, FFHH classificou como "ingenuidade nos assuntos internos do Brasil" um relatório do Departamento de Estado sobre a precária situação dos direitos humanos no país. Pode-se suspeitar que tenha falado sem lê-lo, pois além de bem documentado o trabalho reconhece seus esforços para melhorar a situação, mesmo ressaltando que tem conseguido menos do que diz. Sua reação diferiu das anteriores, quando admitiu que esse tipo de debate internacional é saudável. Afinal, se a globalização financeira faz com que os brasileiros paguem no Brasil im-

postos que não são cobrados aos investidores estrangeiros, é justo supor que se globalize também a grita contra a Polícia Militar que espanca trabalhadores. Ou que se globalize o assombro diante da denúncia de que a gangue da batida que assaltava mulheres em São Paulo pagava pedágio a uma quadrilha de policiais.

Vai mal a alma de FFHH porque sua reação ficou parecida com a do secretário nacional de Direitos Humanos. O doutor José Gregori disse que relatórios como o

do Departamento de Estado são uma forma "superada" de atuação em defesa dos direitos humanos. Superada por quê? Talvez pelo fato de o doutor Gregori ter se tornado secretário nacional de Direitos Humanos.

Vai mal a alma real porque tanto a sua reação quanto a do doutor Gregori juntaram-se à do tenente-coronel Milton Correa da Costa, da PM carioca. O relatório do Departamento de Estado informou que de cada dez pessoas assassina-

das no Rio uma é vítima da polícia.

— Houve aumento no enfrentamento entre polícia e bandido. Por isso, há mais baixas dos dois lados — respondeu o coronel.

Tudo bem. Como fica outra estatística citada pelo relatório? De 697 casos estudados pelo Instituto Superior de Estudos Religiosos, o Iser, metade das vítimas tomou quatro ou mais tiros. Metade dos mortos tinha balas na cabeça ou nos ombros. Em 40 casos, as vítimas foram ba-

Cruz



leadas à queima-roupa, depois de imobilizadas. Quando se fala em vítimas, fala-se em jovens negros, muitas vezes sem antecedentes criminais. Isso tudo numa PM onde um cabo foi escolhido como o "policial do ano" com 49 processos por homicídio nas costas.

A ida de FFHH a Davos remeteu-o ao mundo do romance "A montanha mágica", do alemão (filho de brasileira) Thomas Mann. Talvez seja o caso de relê-lo. Ele trata da vida num sanatório de tuberculosos. Um de seus mais atentos leitores, o romancista João Silvério ("Ana em Veneza") Trevisan, captou a genialidade de Mann construindo, a partir da doença, um estado de normalidade que produz um mundo exclusivo. Nele, o tempo, os afetos e as discussões mudam de eixo.

Até onde o poder é capaz de produzir um mundo semelhante ao do sanatório de Davos? Até onde o eixo Planalto-Alvorada funciona como um grande sanatório, com uma realidade própria? Nela o Pacote 51 haveria de contrair as importações. Expandiram-se. A privatização significaria melhor qualidade dos serviços públicos. A Light é candidata ao título de Rainha das Trevas. Vendendo-se o patrimônio da Viúva tirava-se a política do Governo da administração das companhias. O empresário Benjamin Steinbruch, para o bem ou para o mal, continua controlando a Vale do Rio Doce porque assim decidiu o Planalto. Os direitos humanos dos brasileiros não precisam de palpites estrangeiros. Já precisaram.

FFHH sabia disso em 1974 quando esteve encapuzado no DOI. Há algo de estranho na alma real: Pena, porque FFHH é muito melhor que essa versão de normalidade, típica dos doentes em Davos e dos poderosos em Brasília.